



PRODUÇÃO CIENTÍFICA E DEMOCRACIA: UM OLHAR SOBRE O CAPITAL ACADÊMICO “QUANTITATIVO-ACELERACIONISTA” E A DESIDRATAÇÃO DO PESQUISADOR

SCIENTIFIC PRODUCTION AND DEMOCRACY: A LOOK AT “QUANTITATIVE-ACCELERATIONIST” ACADEMIC CAPITAL AND RESEARCHER DEHYDRATION

Guilherme Marques Laurini ¹

Micheli Pilau de Oliveira ²

Resumo: o presente estudo objetiva analisar o atual cenário de produção científica nas acadêmicas brasileiras, sob uma perspectiva crítica em relação a produção quantitativa em detrimento da qualitativa, concepção esta que também ocupa a hipótese inicial da pesquisa a ser averiguada, à medida que se aponta para uma deturpação dos ideais democráticos na produção científica no modelo contemporaneamente assimilado, notadamente na esfera da pós-graduação e, especificamente, nas ciências jurídicas e sociais. O problema de investigação é: há uma sobreposição do arquétipo do *homo economicus* ao *homo academicus* no atual genderamento na pesquisa brasileira? Aponta-se para um entrelaçamento de interesses políticos e econômicos se introjetando ao meio científico, desidratando-o. O estudo foi conduzido pelo método hipotético-dedutivo e elaborado a partir da técnica de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Academia; Democracia; Neoliberalismo; Pós-graduação; Produção científica.

Abstract: *the present study aims to analyze the current scenario of scientific production in Brazilian academics, from a critical perspective in relation to quantitative production to the detriment of qualitative, a conception that also occupies the initial hypothesis of the research to be investigated, as it points to a distortion of democratic ideals in scientific production in the contemporary model assimilated, notably in the postgraduate sphere and, specifically, in legal and social sciences. The research problem is: is there an overlap between the archetype of homo economicus and homo academicus in the current gendering in Brazilian research? It points to an intertwining of political and economic interests introjecting themselves into the scientific environment, dehydrating it. The study was conducted using the hypothetical-deductive method and developed using the bibliographical research technique.*

¹ Mestre em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da UNIJUÍ. E-mail: guilhermelaurini@hotmail.com.

² Mestra em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da UNIJUÍ. E-mail: michelipilau@gmail.com.





Keywords: *Academy; Democracy; Neoliberalism; Postgraduate studies; Scientific production.*

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar, de forma crítica, o atual cenário da pesquisa brasileira, ou seja, o meio de produção de cientificidade no Brasil, cujo objeto é a observação da crescente e já instalada preponderância da produção quantitativa e acelerada em detrimento da qualitativa, por excelência mais densa e demorada. Tal acepção figura também como hipótese inicial, dado que se aponta para uma deturpação dos ideais democráticos na produção de ciência no país pelo modelo contemporaneamente assimilado, que prioriza determinadas métricas em relação à uma democratização do conhecimento formal, notadamente na esfera da pós-graduação *strictu sensu* e, mais especificadamente, no âmbito das ciências jurídicas e sociais.

A problemática que norteia a investigação se pauta na seguinte questão: há uma sobreposição do arquétipo do *homo economicus* ao *homo academicus* no atual gendramento na pesquisa brasileira? O objetivo e, portanto, como o estudo se desenvolve, dá-se na exploração de referida instigação, empregando-se as características dos arquétipos *do homo academicus*, *homo economicus* e *homo policus* como representações de determinados ideais, cujas interfaces são introjetadas no meio da produção acadêmica científica. Aponta-se para um entrelaçamento de interesses políticos e econômicos se introjetando ao meio científico, desidratando-o.

A metodologia empregada é o estudo descritivo por meio do método hipotético-dedutivo, baseando-se na técnica da pesquisa bibliográfica, que, a seu turno, debruça-se sobre a literatura e a doutrina existentes acerca da temática proposta, notadamente por meio de livros disponíveis sobre o assunto, em meios físicos e online. Quanto à técnica, objetivamente, optou-se pelo fichamento e apontamento da bibliografia selecionada, a fim de delinear um referencial teórico adequado ao tema estudado, respondendo ao problema proposto, correlacionando à hipótese aventada, e de forma a atender ao objetivo traçado.

2 ASSEVERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE O PRÓPRIO MICROCOSMOS DO(A) PESQUISADOR(A): PRODUÇÃO ACADÊMICA E SEUS POTENCIAIS E NECESSÁRIOS NOVOS OLHARES



É fato que o filósofo francês Pierre Bourdieu (2013) estudou com profundidade diversas áreas do conhecimento humano, e, de particular interesse para a base da condução deste estudo, são suas contribuições no campo da educação, mais especificamente a compreensão do indivíduo chamado pelo autor de *homo academicus*. Segundo o filósofo, o termo cunhado serve para caracterizar indivíduos imersos nas instituições de ensino que respeitam dinâmicas e simbologias muito próprias, características do ecossistema de produção acadêmica em que estão inseridos. Os elementos que pautam o *ethos*³ do *homo academicus* são expressivamente diferentes daqueles valores e códigos culturais encontrados usualmente nas demais esferas sociais.

Isabelle Stengers (2023) aborda o distanciamento entre a ciência e os indivíduos que não compõe o mundo acadêmico, ou seja, aqueles que não se enquadram na categoria proposta por Bourdieu (2013). Argumenta que esse afastamento, em grande medida, não é incidental, visto que garante os interesses das instituições científicas, mas também os interesses do capital privado e do Estado, do que se infere que o conhecimento pode ser um nicho “privado”, performando realidade paralela de “mercado”, na qual os bens de produção são documentos técnicos/acadêmicos (artigos, *papers*, resumos expandidos, estratos qualitativos de periódicos e afins) pautados de supostas verdades.

A formação de subjetividade, que culmina na formação de hábitos e interpela a vida na sociedade (e garante seus reflexos na política e na economia), determinando padrões e modos comportamentais, começa pelo poder dos discursos, controlados, organizados e selecionados, como “[...] os livros, as bibliotecas, as sociedades dos sábios de antigamente e os laboratórios atuais como suportes que buscam dominar e conduzir os discursos, visando instaurar uma verdade” (Mendes, 2020, p. 46). É possível, portanto, inferir que há também interesses no subsolo que sustentam o rumo da cientificidade da produção acadêmica quantitativa.

Tais considerações têm implicações que dialogam também com as proposições do filósofo francês mencionado alhures, isto é, a especificidade do meio acadêmico não é nem pacífica tampouco neutra quanto poder-se-ia imaginar. O que se visualiza, em realidade, é uma disputa acirrada e combativa por prestígio – não só auferido por vias qualitativas, mas principalmente quantitativas –, uma espécie de capital simbólico para o meio em questão,

³ O termo aqui é abordado por uma ótica mais hegeliana do que aristotélica. Isto é, não se refere tão somente ao caráter ético e moral que compõe uma individualidade, mas também – e principalmente – as particularidades de uma coletividade. De forma mais assertiva e específica, *Ethos*, tal como empregado, refere-se ao conjunto de modos e características que performam um caráter ou uma identidade, principalmente coletiva, no que se refere a esfera acadêmica (Hegel, 1997).



capital este que não garante tão somente o reconhecimento, mas a própria manutenção profissional desses indivíduos.

Escusado dizer que a questão não é formar um público em que cada um seria “conhecedor” de todos os domínios científicos, uma espécie de amadoriado generalizado. Mas poderia ser o caso de contar com um “amadoriado distribuído”, uma multiplicidade de conhecedores densa o suficiente para que aqueles que não são conhecedores de um domínio saibam que, uma vez que tal domínio venha a lhes interessar, eles podem abordá-lo de maneira inteligente graças ao ambiente de conhecedores já formado em torno dele (Stengers, 2023, p. 27).

Outrossim, esse afastamento entre ciência e público, em um contexto cada vez mais digital e conectado (aumentando o abismo simbólico e afunilando cada vez mais o conhecimento formal), traz a tona um outro tipo de problema. Isto é, a falta de uma densidade de conhecedores impõe que a população não conheça ou confie nos critérios científicos. Isso abre óbvias brechas para argumentos pseudocientíficos que atacam as ponderações acadêmicas em seus pressupostos basilares (Stengers, 2023). Aludida falta de densidade, que atua como algo profanador da produção científica confiável, muito se revela como uma própria consequência das métricas acadêmicas da produção de massa, em quantidade, sem que a qualidade necessária, seja, certamente, observada.

Ou seja, põe-se em dúvida aqueles pormenores evidentes e de menor importância para todos aqueles que são do meio – detentores de certo *savoir-faire*⁴ – e que, portanto, costumam ser negligenciados com certa justiça. Entretanto, essa negligência – em partes, até justificável – avulta a potencial contrariedade (e, até mesmo, certa desconfiança) da visão desprivilegiada daquela maioria que não possui intimidade com o método e com o meio, sobretudo quando essas controversas são apontadas por porta-vozes vestidos de uma indumentária pseudocientífica. Assim, em grande medida, por um problema de comunicação, são criadas e difundidas as teorias de conspiração (Stengers, 2023).

Importante perceber que os que propagam o *dessaber* são, por vezes, aqueles mesmos a quem, em determinado momento da dinâmica, interessava apoiar o pensamento científico. Isso em razão de que o pensamento científico possui implicações econômicas e políticas. Se é verdade que o Estado e o capital são tradicionais aliados da ciência, também é verdade que essa aliança está condicionada a resultados que sirvam a determinado(s) interesse(s). Qual seja: o desenvolvimento das forças produtivas (Stengers, 2023).

⁴ Conhecimento processual sobre como fazer *as coisas*, descrevendo o conhecimento de um “saber-fazer”.



Essa ideia dialoga diretamente com o pensamento de Wendy Brown (2018) no que diz respeito ao neoliberalismo e seu condão de sequestrar todas as esferas da experiência humana e submete-las à lógica da economicização, isso inclui, é claro, o meio acadêmico. Esse é um dos aspectos de que a autora chama de racionalidade neoliberal, que não só abre espaço para o crescimento de um pensamento antidemocrático a partir do século XX – visão apoiada pela vertente de pensamento neomarxista –, como também permite, por uma lógica foucaultiana, que o capital adentre o Estado, ou seja, os princípios de mercado tendem a engolir os princípios de governo, assumindo a posição destes últimos.

Por outro lado, as reflexões de Stengers (2023) também apontam para a axiomático fato de que a produção daquele *homo academicus* teorizado por Bordieu (2013) é uma questão profundamente política, mas não somente em um sentido amplo e genérico, pois têm implicações inclusive no que diz respeito a construção de uma sociedade mais democrática. O enunciado pode ser analisado, segundo a própria autora, por dois ângulos.

Em primeiro lugar, a capacidade coletiva de acolher o pensamento científico por meio de *dispositivos* democráticos. Ou seja, assembleias que forçam o operador do método acadêmico a encarar aquelas questões possivelmente inconvenientes, que dizem respeito sobretudo a necessidade e a utilidade das soluções apresentadas, horizontalizando o diálogo e passando por cima das convenções elitistas de hierarquia do conhecimento.

Em um segundo momento, a própria produção, formação e *ethos* do acadêmico frente as questões que não incidem diretamente sobre a sua ciência, mas importam sobremaneira para a coletividade. Essa urgência põe em cheque a figura do cientista insensível aos elementos estrangeiros à sua produção, pois implica a necessidade desses especialistas a situarem a ciência sociológica e politicamente. Mais importante do que idealizar um *homo academicus* respeitado pela coletividade, é idealizar uma coletividade que, por meio de dispositivos, é capaz de se fazer respeitar frente a sua classe acadêmica (Stengers, 2023).

Dispositivo, nesse contexto, diz respeito a tecnologias de poder, que, segundo Foucault (1996, p. 316) engloba um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações, decisões regulamentares, estruturas arquitetônicas, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais etc., e que, “em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”. Ainda, o filósofo destaca a natureza da relação que se pode estabelecer entre os citados elementos, de modo que



tal discurso pode parecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade (Foucault, 1996, p. 316).

Dispositivo, portanto, é um termo abrangente e compreende um poder que conversa com o saber (Foucault, 19996). Nesse sentido, pode-se compreender que o discurso é um dos elementos que constituem uma racionalidade, pois expressa, por intermédio da linguagem, prescrições de comportamento e formas de subjetivação, cujo viés de confirmação ocorre pelo “saber”, que é o cunho informativo e o elemento de poder que o embasa. Assim, o discurso faz parte de um dispositivo, que é um mecanismo de poder. O discurso produzido no meio acadêmico, funciona, portanto, como um mecanismo de poder.

Tal realidade é especialmente percebida no âmbito do ensino jurídico, no que toca à formação de profissionais de Direito e os mecanismos de produção científica e acadêmica nessa área, também na esfera da pós-graduação. Nesse sentido, apontam Wermuth e Nielsson (2016, p. 3-4, grifou-se) que

[...] a forma como historicamente se estrutura o ensino do Direito no Brasil está diretamente relacionada à imposição de poder por meio do saber. O saber jurídico das elites da sociedade brasileira sempre representou um capital simbólico no sentido de (re)produzir um modelo de organização social pautado por uma rígida hierarquização, que pressupunha a criação de espaços privilegiados de poder para alguns e a viabilização de estratégias de controle e invisibilização social de determinados estratos populacionais. **O processo de construção deste saber jurídico, enquanto poder, se perpetuou no ensino jurídico, voltado à criação de uma sociedade marcada pela ausência** do que José Murilo de Carvalho chama de **cultura cívica de respeito às leis, na qual o culto ornamental das ideias e a quebra das formalidades**, característica do homem cordial descrito por Sérgio Buarque de Holanda, também marcaram a formação dos juristas nacionais. **No entanto, a ineficácia do direto, daí decorrente, longe de mera característica natural da formação social brasileira, se transformou em instrumento favorável à manutenção das relações de poder que caracterizavam o status quo e o conservadorismo.**

Outrossim, também em posição de crucial importância para a reflexão aqui proposta, ao lado do arquétipo do *homo academicus*, estão os arquétipos de *homo oeconomicus* e *homo politicus* – ambas categorias conforme abordadas na produção de Brown (2015, 2018, 2019). As categorias importam para a linha de raciocínio exposta em razão das implicações do neoliberalismo – conforme mencionado alhures – frente ao sujeito. Mais especificamente a passagem de indivíduo pleno para partícula de capital humano (Brown, 2018) e, nessa análise, capital humano de produção de saber e poder acadêmicos.



Conforme a crítica de Wolkmer (2001, p. 114), ao observar a gênese das Academias de Direito, percebe-se que

[...] o processo de formação de nossas instituições destacou a estranha e contraditória confluência, de um lado, da herança colonial burocrático-patrimonialista, marcada por práticas nitidamente conservadoras; de outro, de uma tradição liberal que serviu e sempre foi utilizada, não em função de toda a sociedade, mas no interesse exclusivo de grande parcela das elites hegemônicas detentoras do poder, da propriedade privada e dos meios de produção da riqueza.

Essa passagem, especialmente no sistema acadêmico no âmbito jurídico (mas não só), consolida-se com a transformação do indivíduo humano em um maximizador dos interesses econômicos. Na abordagem de Brown (2018), o exemplo perfeito desse aspecto da racionalidade neoliberal é o “empresário de si” – também abordado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016) e Byung-Chul Han (2015, 2020), ainda que em outros termos –, isto é, o sujeito que, pelo próprio contexto em que se insere, é constrangido a gerir sua própria vida por um modelo de governança empresarial, com direito a todas as implicações decorrentes desse fato.

E esse modelo guarda muitas nuances com a própria formação do acadêmico de Direito no âmbito da graduação, que antecede ao mundo da produção acadêmica pós-diploma, pois, desde lá, já é cunhado um arquétipo de estudante ortodoxo, rígido, dogmático, voltado a decorar as leis sem que empregue esforços em raciocínios axiológicos sobre aquilo que lê e vive – espectro este que posteriormente refletirá nas características do *homo academicus*. É o que assinalam Wermuth e Nielsson (2016, p. 11):

[...] esta vocação pelo bacharelismo está atrelada a uma vinculação com os cargos públicos e a estabilidade que eles propiciam, e se hoje em dia a corrida pelo diploma jurídico não se dá claramente em função de status social, é abastecida pela quantidade de oportunidades ventiladas pelo tão sonhado diploma: concursos públicos de todas as espécies, consultoria, magistério e até mesmo, em alguns casos, a advocacia. Nesse quadro, a imagem do “profissional de sucesso” projetada – e vendida (como verdadeira mercadoria em um pululante universo de “cursinhos preparatórios para carreiras jurídicas” e congressos realizados em grandes redes de hotéis e resorts, que rendem excelente “selfies” nas redes sociais) – é a do jurista jovem, concursado, que exhibe roupas de grifes conhecidas, passa férias no exterior e dirige carros importados. Ele não domina assuntos sociológicos e/ou filosóficos, afinal, o que “cai” mesmo nas provas de concursos são os conteúdos dogmáticos.

O *homo academicus* moderno, portanto, exposto a condições análogas a lógica de mercado, se sobrepõe sobremaneira ao *homo oeconomicus* aqui mencionado. Em que pese as particularidades muito próprias, o modelo de produção científica atual impõe aos seus agentes



que sirvam a um propósito de lucratividade, sob pena de perder capital simbólico. Ligeiramente diferente são os academicos vinculados a uma produção crítica, mas mesmo estes se submetem aos mesmos métodos de avaliação por pares, que impõe a lógica neoliberal ao âmbito das pesquisas.

A pressão é sempre causada pelo meio, mas nem sempre se apresenta sob uma coação direta das formalidades, tendo em vista que a coação também é interna e psicológica. E esse é um fato apontado por Han (2020), isto é, a produção de subjetividades mais voltada à psiquê dos sujeitos do que ao próprio corpo é uma característica da racionalidade neoliberal.

Isso implica dizer que, mesmo que não se produzam formas objetivas de coação – o que não condiz necessariamente nem integralmente com a realidade do caso em questão, pois há sempre a *imposição* por parte das instituições a que os profissionais são vinculados –, o próprio indivíduo se sente compelido a agir de forma que reproduza dentro de si uma otimização da produção, o que representa a atuação silenciosa dos dispositivos de poder atuando sobre tais sujeitos, pois a autocobrança significa a automação e a economia do poder, pois induz o pesquisador a “um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegura o funcionamento automático do poder” (Foucault, 2013, p. 153). Portanto, para a psicopolítica de Han (2020), mesmo diante de uma suposta liberdade – ou melhor, ausência de coação direta –, o sujeito se vê em posição de submissão, coagido pelos tentáculos silenciosos do poder.

A relação tangencial entre democracia e produção de conhecimento é bem mais acentuada e relevante quando em se tratando do último tipo de pesquisadores mencionado, os pesquisadores das ciências sociais. Isso em razão da possibilidade dos grupos sociais não apenas receberem uma formulação acabada, mas elaborarem suas próprias necessidades e problemas e julgarem as soluções apresentadas. Isso importa em razão de que uma relação simbiótica dessa natureza – proposta e avaliação – levaria em conta, principalmente, dois aspectos negligenciados pela avaliação moderna ortodoxa, quais sejam, a pertinência e a utilidade das soluções (Stengers, 2023).

É óbvio que uma relação dessa natureza, entre academia e sociedade, não é conveniente e tampouco positiva para a manutenção da governança do Estado da forma como ela está posta e deseja ser mantida (pois o status quo sempre se impõe às resistências). Mas, por outro lado, as soluções públicas em prol da tolerância e aceitação a esses recursos de conhecimento poderia servir como um forte indicativo para a qualidade democrática de uma nação (Stengers, 2023). Afinal, em justaposição a isso, a lógica da economicização do Estado está amplamente consolidada no entendimento atual do conceito de democracia moderna, impondo a dinâmica



social uma competitividade, uma relação entre vencedores e vencidos: a infame meritocracia (Brown, 2018).

Em sentido diverso, mas com íntima relação com o dilema do pensamento científico conforme mencionado anteriormente, reside outro ponto central deste estudo, abordado por Stengers (2023) como a real experiência daqueles que decidem seguir uma carreira acadêmica. Isto é, se por um lado urge a necessidade social de uma coletividade cada vez mais íntima à lógica científica – bem como sólida perante a ela – e, portanto, a importância de estimular nos jovens um gosto pela pesquisa, por outro lado se evidencia uma realidade francamente penosa para todos os indivíduos que optam por seguir esse caminho:

longe de serem tratadas(os) como um recurso que hoje ameaça tornar-se escasso, as(os) **jovens pesquisadoras(es), doutorandas(os) e pós-doutorandas(os) devem aceitar condições de trabalho realmente sacrificiais, uma competição sem piedade.** Espera-se que aguentem firme: a grande aventura da curiosidade humana apresentada às crianças é substituída por uma vocação que exige um engajamento de corpo e alma. E o que reprovamos nos jovens de hoje é que não aceitem mais os sacrifícios que o serviço à ciência exige (Stengers, 2023, p. 45, grifou-se).

Conforme a autora propõe, esse contexto se agrava se considerada a problemática do gênero, tendo em vista que os sacrifícios inerentes a carreira acadêmica tendem a se impor de forma muito mais contundente sobre as mulheres. A preocupação das autoridades com o distanciamento das jovens da carreira acadêmica, evidencia a identificação de um sintoma especial: uma cesura especial às mulheres que, segundo Stengers (2023), dar-se-ia por uma cultura que lhes inflige uma falsa crença de que tal espaço não seria para elas – o que demonstra as raízes patriarcais que ainda predominam neste campo, pois a divisão de papéis sociais conforme o gênero ainda tende a afastar as mulheres da produção da ciência, demonstrando o recorte de gênero que tal questão também comporta.

No entanto, quando se trata das mulheres, o preço a se pagar por uma carreira é ainda mais discriminante, porque ele é parte da própria definição da vocação, daquilo que permite julgar o “verdadeiro pesquisador”. De uma mulher comprometida com suas responsabilidades familiares se dirá frequentemente que o próprio fato de ela ter escolhido assumir tais responsabilidades prova que ela talvez não tenha a “fibra” de um verdadeiro pesquisador.

Ou seja, seria difícil ter uma vocação para a academia, quando a sociedade impõe a vocação ao lar, revelando o trabalho de resistência que é, para as mulheres, ocupar espaços no cosmos acadêmico, gravitado por poderes e egos. Tal cenário performa aquilo a que Han (2015)



denomina de “sociedade do cansaço”, ou então sociedade do desempenho, na qual se constata a superação da sociedade disciplinar apontada por Foucault (2013), esta última composta por hospitais, presídios, quartéis e fábricas, para a constituição de uma sociedade de academias *fitness*, shoppings centers e laboratórios de genética – aquela visualizada pelo filósofo sul-coreano radicado na Alemanha. A sociedade atual, portanto, do século XXI, não opera mais através de habitantes denominados “sujeitos de obediência”, mas sim, sujeitos de desempenho e produção – empresários de si mesmos – na égide da “sociedade do desempenho” (Han, 2015, p. 14), considerando-se, aqui, a produção acadêmica quantitativa como representação dessa produção massiva exauriente.

Afirma o autor, nesse sentido, que há o desencadeamento de uma violência sistêmica inerente a tal sociedade, que implode em “infartos psíquicos” (Han, 2015, p. 15). Desse modo, a inesgotável exigência de performance em todas as esferas da vida leva a um esvaziamento da saúde mental, notadamente das mulheres, visto que sobre elas a pressão opera por diversos lados: cuidados com a família, com si mesma (a beleza e a imagem), e o ser profissional, a acadêmica/pesquisadora.

Assim, conforme Han (2015, p.15-16), “o que causa a depressão do esgotamento não é o imperativo de obedecer apenas a si mesmo, mas a pressão de desempenho. Visto a partir daqui, a Síndrome de *Burnout* não expressa o *si-mesmo* esgotado, mas antes a alma consumida.”. A soma da pressão interna com a externa, ao *homo academicus*, muito tem a ver com as exigências e demasia pela produção em quantidade, o que dificulta (apesar de não impedir) a produção de uma ciência mais densa, complexa e confiável.

Por outro lado, a problemática da inserção na academia, aliás, também é abordada, mesmo que tangencialmente, por Brown (2018). A autora capta este problema mais sob o viés da cidadania e da preferência por uma educação técnica, de forma que a educação, mais do que nunca, serve aos interesses do mercado, deixando de lado as pretensões do bem comum e de um pensamento mais democrático. Esse é o problema central da erosão da educação nas humanidades indenticada também por Martha Nussbaum:

de fato, o que poderíamos chamar de aspectos humanistas da ciência e das ciências humanas – o aspecto construtivo e criativo, e a perspectiva de uma raciocínio crítico rigoroso – também está perdendo terreno, já que os países preferem correr atrás do lucro de curto prazo por meio do aperfeiçoamento das competências lucrativas e extremamente práticas adequadas à geração de lucro (Nussbaum, 2015, p. 04).



O ponto nevrálgico da discussão é que mesmo a pesquisa financiada por dinheiro público se submete a padrões de avaliação pautadas pela lógica do neoliberalismo. Isto é, padrões objetivos e competitivos que respondem a critérios alheios à realidade dos pesquisadores que, por sua vez, precisam se adaptar às demandas cada vez mais insalubres e rígidas. Mesmo que, em teoria, não exista uma lei de mercado organizando a produção científica, na prática são impostos critérios ficcionais de excelência que cumprem uma função análoga (Stengers, 2023).

Isso significa que, quando se trata da pesquisa, a competição para o reconhecimento da “excelência”, que é agora condição de sobrevivência acadêmica, dependerá do raro recurso constituído pela publicação em uma revista estrato A. E tal dependência exigirá que eles concebam sua pesquisa a partir do que essas revistas exigem, e que se conformem às normas que elas impõem. Conformismo, oportunismo e flexibilidade: eis a fórmula da excelência (Stengers, 2023, p. 67).

Nisso reside um outro aspecto capturado pela autora, a imposição não negociável dos critérios objetivos de excelência implica, também, uma hierarquização das revistas e periódicos; que atua, ainda, como um medidor da “excelência” do pesquisador/autor. Paradoxalmente, a aferição da excelência (qualitativa, e que demanda mais tempo de produção) do pesquisador se sustenta no apanhado quantitativo de publicações em revistas respeitáveis.

O aspecto maquiavélico aqui captado é que a escolha desses periódicos passa cada vez menos por uma proximidade ou aderência para com as ideias da produção do acadêmico e mais pelo benefício em publicar em determinada revista. Se, por outro lado, o pesquisador optar em ignorar essa dinâmica e publicar em revistas de maior aderência, ainda que de menos impacto, sua produção fatalmente será considerada de qualidade inferior (Stenger, 2023).

Essa conjuntura gera também uma série de questões a respeito do papel cidadão do acadêmico (e do propósito da propagação do conhecimento por intermédio desses periódicos, consideadas tais condições). Se, por um lado os indivíduos imersos na academia estão em posição privilegiada para conhecer e influenciar os riscos e perspectivas futuras, por outro, estão presos a uma lógica mercadológica de metas e avaliações cegas que, a bem da verdade, apesar da posição de privilégio intelectual, não permitem uma posição de efetiva agência (Stengers, 2023).

Em suma, **devemos admitir que estamos sendo coagidos a renunciar a boa parte da nossa liberdade de produzir dissenso. Agora temos que dizer a nossos alunos para escolherem assuntos que levarão à rápida publicação em revistas de alto nível especializadas em questões profissionalmente reconhecidas;** – questões que,



em geral, não são do interesse de ninguém além de outros colegas buscando publicar rapidamente. Precisamos dizer a eles que, se quiserem sobreviver, precisam aprender a se conformar aos estritos limites normativos impostos por tais publicações (Stengers, 2023, p. 120, grifou-se).

As implicações não se resumem ao que já foi mencionado. Ainda que o pesquisador se contente em se submeter às exigências de excelência, passando pela avaliação criteriosa dos pareceristas, sua pesquisa estará restrita ao âmbito acadêmico. Em outras palavras, confirmando aquela tendência, inicialmente mencionada neste estudo, de afastamento entre a ciência e o público, pela incapacidade daquela em penetrar nas circunstâncias deste (Stengers, 2023).

E neste ponto se torna importante combater a sobreposição e o entrelaçamento entre o *homo academicus* e o *homo oeconomicus* ao mesmo passo em que se deve fortalecer a relação entre os arquétipos do *homo academicus* e *homo politicus*. Mas, para isso, é preciso localizar minimamente a conceituação deste último.

O *homo politicus* pode ser visto quase como o contraponto ao *homo oeconomicus*. Enquanto este se limita a condição de produtor da própria satisfação de forma individualizada, aquele se trata do sujeito enquanto aspirante a um pensamento coletivo e crítico, sendo portanto um produtor da soberania popular, um ser democrático. Brown (2015) alerta para o fato de que o sujeito político foi paulatinamente engolido e diluído pela sua contraparte econômica.

Nisso se insere outro ponto da discussão, com relação direta a problemática da inserção dos jovens no meio acadêmico e a penúria desta decisão mencionada alhures, há algo de um racínio foucaultiano (Foucault, 1999) no que diz respeito a uma preservação dos sujeitos para fins econômicos mediante a sujeição às últimas consequências em prol dos fins supostamente úteis – neste caso, a geração de capital simbólico. Outrossim, Brown (2018) entende essa relação como uma espécie de sacrifício. Reside aí o sentido do termo empregado pela autora – cidadania sacrificial. Obviamente que o termo na obra mencionada é abordado sob um viés predominantemente político, mas o raciocínio serve bastante bem a reflexão proposta neste ensaio.

Em sentido diverso, ainda mais sofisticado, embora não francamente antagônico, reside uma solução apresentada por Adela Cortina (2020). O *homo reciprocans*, nas ideias da autora, não tão diferente do *homo politicus*, é um cidadão capaz de exercer o pensamento reflexivo. Em realidade o *homo reciprocans* pode ser encarado como decorrência do *homo politicus* quando este, dotado das competências de comunicação e afeto, pauta-se por uma lógica de



solidariedade. O *homo reciprocans*, mais do que contrapõe o esvaziamento causado pela economicização, ele resiste a esse esvaziamento.

Destarte, combater a sobreposição entre o *homo academicus* e o *homo oeconomicus* passa por encorajar a criticidade e as aspirações democráticas do primeiro, e o estímulo a sua não deturpação pelos caracteres do segundo. Em outras palavras, o que se propõe é que o *homo academicus* se afaste dos meandros econômicos ao encontro do arquétipo do *homo politicus*. Outrossim, o fortalecimento dos aspectos econômicos do sujeito em detrimento a todo o resto é um fenômeno de advento neoliberal e, portanto, precisa ser desidratado, notadamente quando há a sua sobreposição na esfera do conhecimento. A liberdade do mercado subordinou todos aos seus valores, mesmo aqueles que, para o bem da qualidade de sua produção, não deveriam estar sujeitos a ela.

A problemática da avaliação pelos pares também tem nuances outras, como, por exemplo, a indiscriminação entre as diferentes ciências e suas particularidades. Diferentes questionamentos científicos geram respostas com implicações diversas, a falseabilidade não é sempre tão simples quanto expor determinadas condições a um experimento laboratorial. Na verdade, nem o experimento é necessariamente rápido ou fácil, mas por vezes não carece de uma demasiada preocupação para com as objeções de uma doutrina progressista, basta saber se os fatos se sustentam diante da falseabilidade (Stengers, 2023).

Por outro lado, uma produção de conhecimento não experimental, mas filosófica, é muito mais complexa. Em primeiro lugar, a produção filosófica em âmbito acadêmico é avaliada da mesma forma que a produção científica-experimental. Isso implica dizer que determinada forma de se produzir conhecimento é inválida, isto é, toda aquela que não se submete a uma avaliação dos pares. Os fatos colocados geram todo um ecossistema acadêmico de citações correlatas que, pelo modelo atual, produz um substancial capital simbólico para aqueles que se filiam à dinâmica, mas despreza abertamente toda uma gama de produções que não segue essa lógica quantitativa e aceleracionista (Stengers, 2023).

Ainda, outro ponto muito peculiar a ser considerado diz respeito a campos em que há aberta divergência doutrinária, isto é,

essas divergências não são uma simples compartimentalização, mas uma divisão entre escolas, cada uma frequentemente definida por um adjetivo designando um pai fundador e que marca ao mesmo tempo a lealdade a esse pai e o fracasso em eliminar os rivais [...]. Nesses campos, a própria ideia de ser avaliado por, ou citar, um colega pertencente a uma escola diferente não faz qualquer sentido, e o fato de “possuir” uma



revista estrato A consiste, para cada escola, numa questão de vida ou morte (Stengers, 2023, p. 74).

O que a dinâmica atual falha em perceber é que determinados campos da ciência, em especial aqueles com implicações sociológicas, filiam-se mais a uma tradição filosófica antiga e menos as particularidades da ciência moderna. O que significa que o conhecimento gerado por esses campos não funcionam tanto ou exclusivamente no sentido de aprender algo novo, mas sim objetivando uma utilidade social, mais especificamente uma arte de condução da coletividade (Stengers, 2023).

Não há tanto sentido que esse tipo de produção seja amparada por uma lógica quantitativa, para com o pesquisador, e por uma avaliação por pares – ou, ao menos, exclusivamente por uma avaliação por pares –, para com a obra. Idealmente, deveria estar em discussão uma análise qualitativa – e não baseada em número de publicações –, para com o pesquisador, e uma avaliação político-institucional, para com a obra. Ora, é bastante evidente, aquela produção laboratorial, moderna, interessa, em primeiro momento, quase que exclusivamente aos pares, enquanto a produção de conhecimento sociológico importa diretamente a toda coletividade (Stengers, 2023).

Stengers (2023) se preocupa em ressaltar que a distinção entre as particularidades e necessidades específicas das ciências duras e das ciências moles não invalida, de modo nenhum, as segundas. É certo que o procedimento científico não-experimental não conduz ao mesmo tipo de êxito que o experimental, mas conduz a um êxito diferente, tendo em vista que, logicamente, aquele primeiro sofre da necessidade imprescindível de critérios e condições diferentes deste segundo, nem menos nem mais exigentes, apenas diferentes.

Alguém poderia alegar que isso não é um problema, e talvez não fosse mesmo em um mundo diferente do nosso. Mas, neste mundo, as instituições acadêmicas tomaram por modelo a forma de pesquisar própria às ciências rápidas e seus colegas competentes, o que significa que os imitadores das ciências rápidas terão sempre vantagem. Desnecessário dizer que a avaliação objetiva se empenha em transformar essa vantagem em pura e simples hegemonia (Stengers, 2023, p. 84).

É em razão disto que a autora coloca a necessidade de desaceleração das ciências. E coloca não meramente como uma forma de expor os contrastes entre os diferentes tipos de saberes, mas como uma condição imprescindível para o fortalecimento e manutenção desses contrastes de crucial e inegável importância. Outrossim, o que a autora propõe não é uma inclusão dessa parcela desprezada da produção de conhecimento, ao menos não em um sentido



geral, traz a tona, de outro modo, a ideia de que a superação do desprezo dá-se por enfrentar esses produtos de forma séria.

Esse chamamento a uma produção científica desacelerada, seria, portanto, um apelo para a construção de um *homo academicus* mais civilizado – mais em sintonia com o arquétipo do *homo politicus* ou, ainda, do *homo reciprocans*. Civilizado no sentido de – conforme explica Stengers (2023) – disposto a desenvolver o trato social no que diz respeito aos outros indivíduos, especialmente aqueles que não dispõem do mesmo *savoir-faire*; em termos diversos, no que diz respeito aos membros de outros coletivos sociais.

Em última instância, faz-se referência, aqui, a uma comunicação que se abstém de insultar para, enfim, começar a estabelecer relações saudáveis. Do mesmo modo, um modelo conforme o proposto por Stengers (2023) teria o condão de aceitar a produção que escapa das categorias objetivas e estritamente dogmáticas. Seria, portanto, um chamamento a lidar com a bagunça do mundo e com a bagunça do conhecimento, ao contrário de tentar erradicá-las.

Deste modo, é salutar – e por vezes até mesmo necessário – que o acadêmico ignore algumas objeções de interesse público/econômico em favor de responder as questões relevantes para a sua área de estudos (e para si mesmo, como um ser produtor de científidades), mas é imprescindível que saiba comunicar esse fato para aqueles alheios ao meio, especialmente quando o resultado de seus estudos deixa o ambiente nativo e logra uma intervenção prática na sociedade. Nesse caso, as relações que serviam ao ambiente acadêmico já não bastam e devem ser complementadas por outras, mais adequadas à uma coletividade ampla, que precisa dar voz para as perguntas inconvenientes que, em momento anterior, precisaram ser ignoradas em favor do método (Stengers, 2023). Isso significa, indubitavelmente, a proximidade do restrito conhecimento formal e cheio de critérios metodológicos com a comunidade e, ao fim e ao cabo, com a experiência humana *real*, essencialmente democrática.

3 CONCLUSÃO

A título de ponderações finais, pode-se afirmar que as conjecturas a respeito da atual situação acadêmica são muito contundentes e certeiras ao criticarem o formato de produção em massa que circunda as insituições de pós-graduação no país e os seus métodos de funcionamento. Com efeito, observou-se que há um entrecruzamento entre interesses políticos e econômicos que são salvaguardados pelo meio acadêmico, que acabam reproduzindo (ou respeitando) interesses do *status quo* e, conseqüentemente, desidratando a autonomia e



liberdade do sistema de pesquisa, o que, de certo modo, acaba por castrar as potencialidades de explorar e divulgar o conhecimento.

Outrosim, constatou-se que a produção quantitativa ora se sobrepõe à qualitativa, e que muito se produz, sem que, contudo, haja certeza de densidade e profundidade necessárias aos trabalhos científicos publicados (ou multiplicados). As métricas e os sistemas de cobrança (internos e externos – pessoais e institucionais) corroboram para essa situação, que deturpa, por vezes, a essência do pesquisador, atento às formalidades e as pressões do meio. Afasta-se cada vez mais o “produzir ciência” da comunidade/sociedade, demonstrando-se inclusive (e o que aqui se aponta de forma arriscada) uma potencial erosão democrática pelo procedimento, que acaba desidratando o fim (a produção de qualidade/profundidade).

Por fim, lembrando os arquétipos mencionados ao longo do estudo, restaurar o *homo academicus* por intermédio do que o constituiu em paralelo ao *homo politicus* é uma ação e um intento necessário para desengessar a constituição atual da produção acadêmica, desgarrando-se dos ideais do *homo economicus*, a fim de resgatar a produção de ciências nas suas vertentes mais democráticas e saudáveis, e isso para todos os envolvidos: acadêmicos, professores, pesquisadores e sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos**: neoliberalism's Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.





FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento das prisões. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2013.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Minas Gerais: Editora Âyiné, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015. Edição digital.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MENDES, Soraia da Rosa. **Processo penal feminista**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível**: manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

WERMUTH, M. Ângelo D.; NIELSSON, J. G. O ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DO “MEDALHÃO” MACHADIANO: EM BUSCA DE ALTERNATIVAS À LUZ DA PROFANAÇÃO AGAMBENIANA E DA CARNAVALIZAÇÃO WARATIANA. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1–23, 2016. DOI: 10.5902/1981369419596. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/19596>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.